



Diário Oficial do Município de Patos-PB

Instituído pela Lei Municipal N.º 1.081/74 de 11 de dezembro de 1974

PATOS-PB, TERÇA-FEIRA, 31 DE JULHO DE 2018

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE DO PREFEITO

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
GABINETE DO PREFEITO**

LEI N.º 4.994/2018

De 30 de julho de 2018.

ATUALIZA O PISO MUNICIPAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO VISANDO À ADEQUAÇÃO DA REMUNERAÇÃO A LEI FEDERAL 11.738/2008 E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO, prefeito do município de Patos, Estado da Paraíba, usando das atribuições legais que são conferidas por Lei.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido reajuste salarial no percentual de 6,81%, calculado sobre o salário base, conforme tabela em anexo, para os profissionais do magistério público da educação básica do Município de Patos, em efetivo exercício em sala de aula, ocupantes do cargo de professor para fins de adequação aos valores de que trata a lei federal nº 11.738/2008, bem como a Lei Municipal nº 4.232/2013.

§ 1º - Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima em nível médio na modalidade normal conforme determinado pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

§ 2º - Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

§ 3º - Por efetivo exercício - entende atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no § 1º, deste artigo, associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.

Art. 2º Além da jornada normal de trabalho, o docente do ensino fundamental, por necessidade de serviço e a critério da Administração Municipal, poderá prestar carga horária suplementar de trabalho no limite máximo de 100 (cem) horas mensais, incluídas as horas-atividades.

§ 1º - Entende-se por carga horária suplementar de trabalho o número de horas prestadas pelo docente, além daquelas fixadas para a jornada a que está sujeito.

Art. 3º A estimativa de impacto orçamentário-financeiro decorrente da adoção das medidas previstas nesta Lei, bem como, a declaração de adequação orçamentária e financeira, estão contidos nos anexos I e II, consoante determinação inserta no Art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º Fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar as modificações oriundas da implementação da referida lei na LDO e PPA vigentes promovendo à compatibilização da ação ora proposta.

Art. 5º A tabela constante da Lei Municipal nº 4.454/2015, passará a ter a redação e os valores constantes da tabela anexa à presente lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do município de Patos, Estado da Paraíba, em 30 de julho de 2018.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO I
(Lei n.º 4.994/2018, de 30 de julho de 2018)

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
(Artigo 21 c/c artigo 16, I e 17, Lei Complementar nº. 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

O objeto do presente relatório é o reajuste salarial para os servidores pertencentes ao quadro efetivo do magistério no Município de Patos.

Por se tratar de uma despesa de ação continuada, não acarretará impacto orçamentário-financeiro, uma vez que o orçamento contempla a manutenção de despesas com pessoal.

CARACTERIZAÇÃO

As despesas decorrentes de ações governamentais, ou seja, de manutenção e operação desses investimentos, estão sujeitas às regras do artigo 16 e 17, da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

É importante ressaltar que as despesas com pessoal sujeitam-se, também, às mesmas restrições aplicáveis à criação, ampliação e aperfeiçoamento da ação governamental e ao artigo 169 da Constituição Federal, estabelecendo este que, a concessão de vantagens ou aumento da remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração da estrutura de carreira, bem como a admissão ou a contratação de pessoal a qualquer título, só poderão ser feitas se houver autorização específica na LDO e prévia dotação orçamentária para seu atendimento.

Entende-se por despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros do Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência. Esta despesa será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses, imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Nesse sentido a Prefeitura Municipal de Patos neste Relatório de Impacto orçamentário-financeiro evidencia que atende aos requisitos estabelecidos pela Legislação vigente, no tocante a existência de autorização na LDO 2018 e na LOA 2018.

Em cumprimento ao disposto nos artigos 16 e 17, da Lei Complementar 101/2000, apresenta-se a análise do impacto orçamentário-financeiro da presente Lei, ressaltando-se, desde já, que se encontra de acordo com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de vez que não contém matéria que infrinja tais dispositivos legais, conforme estabelece o art. 16, II, da LRF.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Despesa com pessoal consignada na Lei Orçamentária para o exercício de 2018.

IMPACTO NO ORÇAMENTO/2018:

Sem reflexo, pois não aumenta a despesa de pessoal já prevista no orçamento corrente, uma vez que os recursos de custeio decorrerão de anulação de despesas já consignadas no orçamento.

Atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal – Despesa com Pessoal Situação em dezembro de 2017 – 4º Quadrimestre 2017 (realizado últimos 12 meses) ultrapassando o limite legal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com seu parágrafo único, do artigo 22, se a despesa com pessoal em relação à RCL exceder 95% (noventa e cinco por cento) do limite que corresponde a 51,30, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que ocorrer no excesso.

Conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual;

Por ser uma determinação legal a LRF, de forma alguma proíbe o reajuste. Pelo contrário, a lei de responsabilidade fiscal, ao ressaltar tal direito no Inciso I do parágrafo único do artigo 22, o reconhece não podendo o administrador público esconder-se através da referida lei para negar direito constitucionalmente garantido.

IMPACTO NO ORÇAMENTO/2019:

Sem reflexo, pois a despesa com pessoal emanada desta lei já estará adequada à realidade orçamentária futura, a partir da elaboração das leis orçamentárias, inclusive, o Plano Plurianual, no exercício 2018-2021.

Gabinete do Prefeito Constitucional do município de Patos, Estado da Paraíba, em 30 de julho de 2018.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO II

(Lei n.º 4.994/2018, de 30 de julho de 2018)

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
(Artigo 21 c/c artigo 16, II, Lei Complementar n.º 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

O objeto do presente relatório é o reajuste salarial para os servidores pertencentes ao quadro efetivo do magistério no Município de Patos.

FONTE DE CUSTEIO:

Recursos ordinários que estão previstos para pagamento de pessoal na Lei Orçamentária para este exercício de 2018.

Na qualidade de ordenador de “despesas” do Município de Patos, declaro, para os efeitos do art. 21 c/c artigo 16, II da Lei Complementar n.º 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual (PPA).

Gabinete do Prefeito Constitucional do município de Patos, Estado da Paraíba, em 30 de julho de 2018.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL

TABELA - PISO SALARIAL DOS PROFESSORES - 2018

Níveis	CLASSES	MAGISTÉRIO	QUINQUÊNIO	DOCÊNCIA 30%	VLR TOTAL	LICENCIATURA	QUINQUÊNIO	DOCÊNCIA 35%	VLR TOTAL	ESPECIALIZAÇÃO	QUINQUÊNIO	DOCÊNCIA 40%	VLR TOTAL	Níveis	CLASSES	MESTRADO	QUINQUÊNIO	DOCÊNCIA 45%	VLR TOTAL	DOUTORADO	QUINQUÊNIO	DOCÊNCIA 50%	VLR TOTAL	DOUTORADO	QUINQUÊNIO	DOCÊNCIA 55%	VLR TOTAL	
																												VI
	25 ANOS	2.033,20	508,30	609,96	3.151,46	2.244,81	561,20	785,69	3.591,70	2.478,46	619,61	991,38	4.089,45															
	20 ANOS	1.993,33	398,67	598,00	2.990,00	2.200,80	440,16	770,28	3.411,24	2.429,86	485,97	971,94	3.887,78															
	15 ANOS	1.954,25	293,14	586,27	2.833,66	2.157,65	211,53	755,18	3.236,47	2.382,22	357,33	952,89	3.692,43															
	10 ANOS	1.915,93	191,59	574,78	2.682,30	2.115,34	211,53	740,37	3.067,24	2.335,51	233,55	934,20	3.503,26															
	5 ANOS	1.878,36	93,92	563,51	2.535,79	2.073,86	103,69	725,85	2.903,41	2.289,71	114,49	915,88	3.320,08															
	INICIAL	1.841,53		552,46	2.393,99	2.033,20		711,62	2.744,82	2.244,81		897,93	3.142,74															
	25 ANOS	2.736,42	684,10	1.231,39	4.651,91	3.021,23	755,31	1.510,61	5.287,14	3.335,68	833,92	1.834,62	6.004,22															
	20 ANOS	2.682,76	536,55	1.207,24	4.426,56	2.961,99	592,40	1.480,99	5.035,38	3.270,27	654,05	1.798,65	5.722,97															
	15 ANOS	2.630,16	394,52	1.183,57	4.208,25	2.903,91	435,59	1.451,95	4.791,45	3.206,15	480,92	1.763,38	5.450,45															
	10 ANOS	2.578,59	257,86	1.160,36	3.996,81	2.846,97	284,70	1.423,48	4.555,15	3.143,28	314,33	1.728,81	5.186,42															
	5 ANOS	2.528,03	126,40	1.137,61	3.792,04	2.791,15	139,56	1.395,57	4.326,27	3.081,65	154,08	1.694,91	4.930,64															
	INICIAL	2.478,46		1.115,31	3.593,76	2.736,42		1.368,21	4.104,63	3.021,23		1.661,67	4.682,90															

Percentual de Reajuste 6,81%

PATOSPREV

**INSTITUTO DA SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PATOS –
PATOSPREV
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
ESTADO DA PARAÍBA**

PORTARIA Nº 030/2018 – PATOSPREV

O Superintendente do Instituto de Previdência do Município de Patos, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 83 da Lei 3.445/2005.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria Especial de Magistério com proventos integrais, à servidor(a) Municipal, Srª, MARIA AUXILIADORA OLIVEIRA SOARES, Professora, matrícula funcional nº 1648, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no Art. 6º, inc. I, II, III, e IV, da EC nº 41/03 c/c § 5º, do Art. 40, da Constituição Federal/1988, e Arts. 18, I, alínea ‘e’, 23, § 1º, da Lei Municipal nº 3445/2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Patos, 10 de Julho de 2018.

Ariano da Silva Medeiros
Superintendente

**INSTITUTO DA SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PATOS –
PATOSPREV
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
ESTADO DA PARAÍBA**

PORTARIA Nº 031/2018 – PATOSPREV

O Superintendente do Instituto de Previdência do Município de Patos, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 83 da Lei 3.445/2005.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria Especial de Magistério com proventos integrais, ao(a) servidor(a) Municipal, Srª, IVANILDA FERREIRA DOS SANTOS, matrícula funcional nº 2658, ocupante do cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o Art. 40, §§ 1º e 5º, c/c § 5º, da Constituição Federal/1988, e os Arts. 18, inc. I, alínea ‘e’, 21 e 23, § 1º, da Lei Municipal nº 3445/2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Patos, 23 de Julho de 2018.

Ariano da Silva Medeiros
Superintendente

CONTRATOS E CONVÊNIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS-PB

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 109/2018
PREGÃO PRESENCIAL -SRP- Nº: 01.028/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 020/2018
CONTRATO Nº: 203/2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS - PB.
CONTRATADA: MANANEG SERVIÇOS, COMÉRCIO E MONITORAMENTO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA-EPP (CNPJ: 24.554.773/0001-88).
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE IMAGENS (REGISTRO DE GRAVAÇÕES EM TEMPO REAL), INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I.
VALOR: R\$ 903.500,00 (NOVECENTOS E TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS).
PRAZO DE VALIDADE: O contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da administração, ser prorrogado por períodos sucessivos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: De acordo com o orçamento vigente.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Patos - Paraíba, 18 de Julho de 2018.

Dinaldo Medeiros Wanderley Filho
Prefeito Constitucional

GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITO DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO

Prefeitura Municipal de Patos
Secretaria Municipal de Administração
Centro Administrativo Aderbal Martins
Avenida Horácio Nóbrega, S/N – Bairro Belo Horizonte
58700-000 – Patos, PB